PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 18, DE 2019

Dispõe sobre a extinção dos cargos de 2º, 3º e 4º Vice-Presidentes, bem como dos de 3º e 4º Secretários, alterando dispositivos da Resolução nº 576, de 26 de junho de 1970.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam extintos os cargos de 2º, 3º e 4º Vice-Presidentes e 3º e 4º Secretários, da Mesa substituta da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Artigo 2º - Os dispositivos abaixo mencionados da Resolução nº 576, de 26 de junho de 1970, com modificações posteriores, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - Fica alterado o parágrafo 1º do artigo 2º, nos seguintes termos:

“Artigo 2º - [...]

§1º - Assumirá a direção dos trabalhos o último Presidente da Assembleia, se reeleito, e, na falta deste, sucessivamente dentre as Deputadas e Deputados presentes, o que haja exercido mais recentemente, e em caráter efetivo, a Presidência, a Vice-Presidência e as 1ª e 2ª Secretarias. Na falta de todos estes, a Presidência será ocupada pelo mais idoso, dentre os reeleitos.” (NR)

II - Ficam alterados os parágrafos 1º e 4º, do artigo 10, nos seguintes termos:

“Artigo 10 - [...]

§ 1º - Para substituir ou, no caso do § 3º do artigo 12, suceder ao Presidente haverá o Vice-Presidente.

[...]

§4º - Por Ato da Mesa poderão ser delegadas ao Vice-Presidente as funções do Presidente.” (NR)

III - Fica alterado o *caput* e o parágrafo 2º, do artigo 19, e revogado o 1º, nos seguintes termos:

“Artigo 19 - Sempre que o Presidente não se achar no recinto à hora regimental do início dos trabalhos, o Vice-Presidente substitui-lo-á no desempenho de suas funções, cedendo-lhe o lugar logo que for ele presente.

§ 1º - Revogado.

§ 2º - Quando o Presidente tiver de deixar a Presidência durante a sessão, a substituição processar-se-á segundo as mesmas normas.” (NR)

IV - Fica alterado o *caput* e o parágrafo único, do artigo 20, nos seguintes termos:

“Artigo 20 – Compete ao Vice-Presidente promulgar, no prazo de 48 horas, a matéria vetada mantida pela Assembleia e não promulgada pelo Governador do Estado nem pelo Presidente da Assembleia.

Parágrafo único - Compete, ainda, ao Vice-Presidente desempenhar as atribuições do Presidente, quando este lhe transmitir o exercício do cargo por estar impedido ou licenciado.” (NR)

V - Fica revogado o artigo 23.

VI - Fica alterado o artigo 24, nos seguintes termos:

“Artigo 24 - Os Secretários substituir-se-ão conforme sua numeração ordinal e, nessa mesma ordem, substituirão o Presidente, nas faltas e impedimentos do Vice-Presidente.”(NR)

VII - Fica alterado o parágrafo 1º, do artigo 234, nos seguintes termos:

“Artigo 234 - [...]

§ 1º - Mantida a matéria vetada, será expedido Autógrafo ao Governador para promulgação. Se a lei não for promulgada dentro de 48 horas do seu recebimento pelo Governador, o Presidente da Assembleia a promulgará e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.” (NR)

Artigo 3º - Os Deputados já eleitos para os cargos de 2º, 3º e 4º Vice-Presidentes e 3º e 4º Secretários terão seus mandatos preservados, valendo a presente norma a partir da próxima eleição para Mesa diretora, a ser realizada em 2021.

Artigo 4º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Historicamente, os cargos da Mesa da Assembleia Legislativa de São Paulo eram constituídos pelo Presidente, por um Vice-Presidente e por dois Secretários (1º e 2º Secretários). Assim estava disposto no Regimento Interno de 1836, elaborado após a criação do Poder Legislativo Estadual de São Paulo, em 1834, pelo Ato Adicional à Constituição do Império (disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1836/lei-4-12.02.1836.html>):

Art. 14. - A mesa é composta do **presidente**, do **1.º** e do **2.º secretarios**. Para supprir as faltas haverá **um vice-presidente**, e um suplente de cada secretario. Serão eleitos para todo o periodo de uma sessão ordinaria, ou extraordinaria.

O Regimento Interno de 1880 passou a prever os cargos de 3º e 4º Secretários (disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1880/resolucao-15-21.05.1880.html>):

Art. 19.º - A meza será composta de um **presidente** e **dous secretarios**, os quaes serão eleitos para servir por um mez, podendo ser reeleitos.

§ unico. - Para supprir as faltas do presidente será eleito **um vice-presidente**, e na falta deste, servirão os secretarios ou seus suplente, pela ordem da numeração.

Art. 22.º - O **3.º e 4.º secretarios**, além de substituirem o 1º e 2º exerceção as fucções de verificadores das votações e de escrutadores nas eleições; e serão designados para receberem os deputados nao juramentados, assim como o secretario do governo e inspector da thesouraria, quando convidado para as respectivas commissões.

O Regimento Interno de 1951, por sua vez, acrescentou o cargo de 2º Vice-Presidente (disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao.alesp/1951/alteracao-resolucao.alesp-59-09.07.1951.html>):

Artigo 11 - A Mesa compete a direção de todos os trabalhos da Assembléia.

§ 1º - A Mesa compõe-se do **Presidente**, do **1º e 2º Secretários**.

§ 2º - Para suprir a falta ou impedimento do Presidente e dos Secretários, haverá o **1º e o 2º Vice-Presidentes** e o **3º e 4º Secretários**.

Somente no ano de 2009, os cargos de 3º e 4º Vice-Presidentes foram inclusos no Regimento de 1970, por meio da Resolução nº 860/2009, nos seguintes termos (disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao.alesp/2009/resolucao.alesp-860-26.02.2009.html>):

Artigo 1º - Os dispositivos abaixo mencionados, da Resolução nº 576, de 26 de junho de 1970, com modificações posteriores, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - § 1º do artigo 10:

“Artigo 10 -

§ 1º - Para substituir ou, no caso do § 3º do artigo 12, suceder ao Presidente e aos Secretários, haverá, respectivamente, o 1º, 2º, **3º e 4º Vice-Presidentes** e o 3º e 4º Secretários.” (NR)

A justificativa utilizada para a criação destes últimos cargos foi a de permitir a participação de um maior número de partidos nas decisões do Parlamento Paulista, conforme se vê no projeto que resultou na Resolução supramencionada (disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=844503&tipo=3&ano=2008>):

“Propõe a comissão, a criação de dois novos cargos na Mesa da Assembléia, permitindo a participação de um maior número de partidos nas decisões do Parlamento Paulista. A Mesa, ouvido o Colégio de Líderes, encaminhará projeto, no prazo de 60 (sessenta) dias estabelecendo as competências de todos os seus cargos”.

Não obstante todas as previsões legais, o Regimento Interno vigente dispõe de forma superficial e genérica sobre as atribuições de tais cargos, prevendo tão somente que o 2º, 3º e 4º Vice-Presidentes substituirão o Presidente e o 1º Vice-Presidente no exercício de suas funções, quando de sua ausência ou impedimento, e o 3º e 4º Secretários o farão em relação ao 1º e 2º Secretários (disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao.alesp/1970/compilacao-resolucao.alesp-576-26.06.1970.html>). Vejamos.

Artigo 19 - Sempre que o Presidente não se achar no recinto à hora regimental do início dos trabalhos, o 1º Vice-Presidente substitui-lo-á no desempenho de suas funções, cedendo-lhe o lugar logo que for ele presente.

§ 1º - O mesmo farão os demais Vice-Presidentes em relação ao 1º Vice-Presidente.”

Artigo 23 - Compete aos 3º e 4º Secretários auxiliar os 1º e 2º Secretários.

Fazendo-se uma análise do cenário nacional, além da Câmara Federal e do Senado, de todas as Assembleias Legislativas dos demais estados da Federação, vinte possuem menos cargos em sua Mesa diretora, restando apenas seis com o mesmo número encontrado no Parlamento paulista, que é o caso dos seguintes estados: Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Paraíba, Maranhão e Piauí.

No que diz respeito à quantidade de cargos criados para os gabinetes das Vice-Presidências e das Secretarias, o número de servidores da 2ª, 3ª e 4ª Vice-Presidências e da 3ª e 4ª Secretarias somam trinta e oito. Segundo os dados disponíveis no portal da Assembleia Legislativa de São Paulo, os gastos com a remuneração dos referidos servidores, no mês de fevereiro de 2019, ultrapassaram R\$410.000,00 (disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/folha-de-pagamento/folha-2019-02.html>).

Imperioso destacar que, além dos servidores lotados nas Vice-Presidências e nas Secretarias, cada Deputado da Mesa tem direito a outros 23 funcionários.

Como se pode observar, é irrefutável a necessidade de extinção dos cargos das Vice-Presidências e Secretarias sobreditos, haja vista que não há razões do ponto de vista institucional e financeiro que sustentem sua manutenção.

O Brasil – e o Estado de São Paulo – atravessam um momento histórico de contenção de gastos públicos. No plano federal, as propostas de reforma da previdência e reforma tributária demonstram a clara necessidade de realocação de recursos, com cortes de excedentes e privatizações.

No plano estadual, o Plano de Contingenciamento do Governo de São Paulo propôs, no mesmo sentido, medidas de enxugamento da máquina pública,

sobremaneira no que tange ao gasto com pessoal. Citem-se, como exemplo, os seguintes Projetos de Lei: Projeto de Lei nº 01/2019 (<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000254177&tipo=1&ano=2019>), concedendo à iniciativa privada seis empresas estatais, Projeto de Lei nº 183/2019 (<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000260083&tipo=1&ano=2019>), que autoriza a concessão de uso de parte do Parque Estadual Fontes do Ipiranga, para a exploração do Zoológico de São Paulo, do Zoo Safári e do Jardim Botânico, e o Projeto de Lei nº 91/2019, que concede o uso da área do Conjunto Desportivo “Constâncio Vaz Guimarães” (<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000259195&tipo=1&ano=2019>).

Ora, é evidente que, diante das medidas propostas pelo Poder Executivo para racionalizar recursos públicos e reduzir gastos, o Legislativo não pode se furtar ao seu dever de envidar esforços no mesmo sentido, dado seu papel precípua de propor leis visando ao melhor interesse da população.

Ademais, cumpre observar que a Reforma Administrativa instituída pela Emenda Constitucional nº 19/1998, acrescentou ao artigo 37, da Constituição Federal, a **eficiência** como um dos princípios basilares e norteadores da Administração Pública, na qual se inclui o Poder Legislativo estadual.

De modo geral, o princípio da eficiência se traduz na equação dos melhores resultados com a utilização dos meios menos onerosos possíveis. Assim é a doutrina de Ubirajara Custódio Filho:

“[...] o princípio da eficiência significaria ao agente administrativo a obrigação de satisfazer as necessidades dos cidadãos (consecução dos fins), com presteza e da maneira menos dispendiosa possível para a Administração (otimização dos meios)”¹.

Ensina, ainda, Marçal Justen Filho:

“Em suma, a eficiência consiste no desempenho concreto das atividades necessárias à prestação das utilidades materiais de molde a satisfazer necessidades dos usuários, com imposição do menor encargo possível, inclusive do ponto de vista econômico. Eficiência é

¹ Filho, Ubirajara Custódio. A Emenda Constitucional 19/98 e o Princípio da Eficiência na Administração Pública. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política. Revista dos Tribunais, ano 7, n. 27, abril-junho/1999. p. 212

a aptidão da atividade a satisfazer necessidades, do modo menos oneroso”².

Nesse sentido, a Assembleia Legislativa de São Paulo certamente alcançaria maiores níveis de eficiência se reduzidos os gastos com cargos absolutamente desnecessários ao pleno desempenho da função legislativa. Isso porque esta Casa conta com quase 4.000 servidores para subsidiar o trabalho de 94 parlamentares, o que, por óbvio, não se mostra razoável.

Além disso, insta destacar que as despesas com pessoal da Assembleia Legislativa de São Paulo, em 2018, somaram R\$ 995.028.976,46, incluindo a remuneração de servidores ativos e os proventos de servidores inativos³, valor irrefutavelmente exorbitante.

Por todo o exposto, na certeza da urgência do pleito em questão, roga-se pela aprovação do presente Projeto de Resolução, como medida que se impõe ante a premente necessidade de redução dos gastos públicos. Destacando não se tratar de medida eleitoreira ou populista, pois os cargos que se busca extinguir não têm nenhuma função definida.

Sala das Sessões, em 28/5/2019.

a) Janaina Paschoal a) Arthur do Val

² Filho, Marçal Justen. Concessões de serviços públicos. São Paulo: Dialética, 1997. p. 124.

³ Disponível em:
<https://www.fazenda.sp.gov.br/SigeoLei131/Paginas/ConsultaDespesaAno.aspx?orgao=01000>.